

# Educação do Futuro e Precarização do Presente: ensaio sobre a pedagogia empresarial no Brasil

Evandro Ribeiro Lomba\*

## Uma análise inicial

Vê-se um movimento cada vez mais agudo de precarização estrutural da educação pública, principalmente no que tange às universidades no Brasil, tendo em vista o cenário da *crise estrutural do capital* – para lembrar o que Istvan Mészáros muito bem descreveu sobre a crise atual – que assola o país e também as nações centrais do capitalismo contemporâneo. Segundo sua análise, 4 elementos são essenciais para descrever essa fase histórica:

- 1) Seu *caráter* é *universal*, em lugar de restrito a uma esfera particular (por exemplo, financeira ou comercial, ou afetando este ou aquele ramo particular da produção, aplicando-se a este e não aquele tipo de trabalho, com sua gama específica de habilidades e graus de produtividade etc.);
- 2) Seu *alcance* é, de fato, *global* (no sentido mais literal e ameaçador do termo), em lugar de limitado a um conjunto particular de países (como foram todas as principais crises no passado);
- 3) Sua *escala de tempo* é extensa, contínua – se preferir, *permanente* – em lugar de limitada e *cíclica*, como foram as crises anteriores do capital; e
- 4) Em contraste com as erupções e os colapsos mais espetaculares e dramáticos do passado, seu *modo* de se desdobrar poderia ser chamado de *rastejante*, desde que acrescentemos a ressalva de que nem sequer as convulsões mais veementes ou violentas poderiam ser excluídas no que se refere ao futuro: a saber, quando a complexa maquinaria – agora ativamente empenhada na “administração da crise” e no “deslocamento” mais ou menos temporário das crescentes contradições – perder sua energia (MÉSZÁROS, 2010, p. 69-70)

A crise afeta toda a sociabilidade humana, levando a uma série de precarizações laborais, como também, das instituições formais de ensino (questões tanto como recurso para infraestrutura, como também os currículos mais enxutos e cada vez mais voltados para o mercado de trabalho). A educação possui um papel nas relações capitalistas de reproduzir a ideologia dominante, ou seja, a ideia de submissão da classe trabalhadora às condições impostas da classe burguesa, numa forma de “domesticar” o seu pensamento e comportamento. Entretanto, para Mészáros, a educação possui outro significado, assim

---

\* Graduando em Administração pela Universidade Veiga de Almeida - atuando como pesquisador do programa de iniciação científica nas áreas de: Ciências Sociais Aplicadas e Educação. Atualmente é pesquisador dos grupos: Pesquisas e Estudos sobre Problemas Socioeconômicos e Administrativos do Brasil Contemporâneo, GRUPAB (UVA) e Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas das Fundações Filosóficas e Pedagógicas das Ciências Exatas, Humanas e Afins - NIFFIPE (UVA) sobre a orientação do Profº Drº. Néilton Gomes Azevedo.

como a vida humana material, ou seja, fora do metabolismo social do capital, da relação trabalho, capital e Estado.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de uma estratégia apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a *automudança consciente* dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida sociedade de produtores livremente associados (MÉSZÁROS, 2008, p.65).

Na circunstância atual, é interessante notar o quanto a classe dominante visa mercantilizar novos segmentos estratégicos para geração de lucro. A educação de nível superior nos últimos tempos vem passando por uma fase de privatizações, tendo em vista o crescimento dos interesses do empresariado no controle ideológico do conhecimento. Segundo FRIGOTTO (2017), é importante assinalar como a ideia de capital humano vem paulatinamente substituindo a noção de educação pública, gratuita e laica. A lógica do mercado intensifica sua ação ideológica com o conceito de “empreendedorismo”, como forma mais arquitetada da convicção de “investimento em si” e por isso “tornar a crise um lugar de oportunidade” (vê-se neste discurso uma maneira de anular as lutas sociais). Isto acaba alastrando-se pelo sistema educacional e afetando outros níveis. “No Brasil, a ditadura civil militar efetivou reformas da pré-escola à pós-graduação, tendo o ideário do capital humano como concepção” (FRIGOTTO, 2017, p.27).

É a partir, sobretudo, das últimas décadas do século XX, que se afirma um processo de desmanche do setor público e da escola pública, como se protagonizou pelos homens de negócio e suas instituições e organizações empresariais. Primeiramente, estimulando o mercado educacional, criando poderosos grupos que fazem do ensino um lucrativo negócio. Mas o desmanche deveria atingir a escola pública mediante a adoção dos critérios mercantis na sua gestão, na escolha das disciplinas que deveriam compor o currículo e na definição dos conteúdos e dos métodos de ensinar e avaliar. A formação e a função docentes, como consequência, deveriam ser alteradas (FRIGOTTO, 2017, p. 28).

As reformas curriculares, o crescente aumento de universidades públicas e programas de concessões de bolsas (PROUNI e FIES) nos últimos anos mostram um avanço social importante, entretanto subordinado para uma adequação, de maneira geral, às chamadas “modernizações do mercado”, tencionando amoldar uma força de trabalho às condições materiais que o sistema do capital impõe para produção e reprodução de sua sociabilidade. Metamorfoses que permeiam o trabalho tanto na esfera produtiva, como também nos serviços. Isto é fruto das modificações da gestão da força de trabalho, assim como o engendramento de um maquinário mais técnico e informatizado que espolia de forma mais intensa a classe trabalhadora, conjunturalmente, chamado de precarização

laboral. A necessidade dos dirigentes do capital em obter respostas para enfrentar os impactos da crise estrutural dispararam tais características mencionadas:

Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência intercapitalista, mais nefasta são suas consequências, das quais duas são particularmente graves: a destruição e/ou precarização, sem paralelos em toda a era moderna, da força humana que trabalha e a degradação crescente do meio ambiente, na relação metabólica entre homem, tecnologia e natureza, conduzida pela lógica societal voltada prioritariamente para a produção de mercadorias e para o processo de valorização do capital (ANTUNES, 2009, p. 36).

É notório o quanto o Estado tem um papel fundamental na manutenção da ordem capitalista vigente. Almeja-se regularizar os interesses, primordialmente, da classe burguesa, deixando como secundárias as prioridades que favoreçam o povo brasileiro. Devido aos entraves econômicos que ecoam nos últimos tempos, a classe dominante procura o apoio estatal para garantir sua sobrevivência, uma vez que o “Estado mínimo” está arranjado para contingenciar e cortar orçamento em políticas sociais e privilegiar o capital financeiro, deixando de lado as reais necessidades sociais.

Vale lembrar a afirmação de Marx e Engels sobre o Estado:

Vemos, portanto, como a própria burguesia moderna é o produto de um longo processo de desenvolvimento, de uma série de revoluções nos modos de produção e troca. [...] conquistou finalmente o domínio político exclusivo no Estado representativo moderno. O poder político do Estado moderno nada mais é do que um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa (MARX; ENGELS, 2004, p. 47).

Assim, a classe dominante escolheu os seus melhores representantes para comandar as suas maiores conveniências. O fascínio desse movimento é ver que após a concretude no impeachment<sup>1</sup> da presidenta Dilma Roussef, o neoliberalismo no Brasil toma a face mais radical de sua implementação, cujo comando de Michel Temer foi um primeiro passo e que, agora com Bolsonaro, segue a cartilha imposta pelas grandes corporações capitalistas como FMI, OMC e com a supervisão do governo americano de Trump.

A classe trabalhadora está altamente tomada por um discurso conservador, de extrema-direita e religioso que no horizonte tenta “trazer a honra e glória para o Brasil” através da execução mais tola e boçal do neoliberalismo que devastou a economia dos vizinhos Chile e Argentina. Mas é claro que a grande mídia jamais irá mostrar isso e conscientizar a classe trabalhadora.

---

<sup>1</sup> Ver mais afundo no artigo do professor Gaudêncio Frigotto presente no livro Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira (2017).

Por isso, precisamos sempre resgatar e deixar vivo o legado de István Mészáros no que permeia sobre uma sociedade melhor para a classe trabalhadora, fora dos reformismos de centro-esquerda ou de uma própria “esquerda reformista” que não pensa em um horizonte *Para Além do Capital*:

A necessidade de uma mudança estrutural radical e abrangente na ordem sociometabólica estabelecida carrega consigo a exigência da *redefinição qualitativa* das *determinações sistêmicas* da sociedade como a perspectiva geral de transformação. Ajustes parciais e melhorias marginais na ordem socio-reprodutiva existente não são suficientes para cumprir o desafio. Pois poderiam apenas reproduzir em uma escala ampliada – e, de fato, com o passar de nosso tempo histórico opressivamente restrito, necessariamente também agravada – os perigos identificáveis de forma clara tanto no domínio da destruição econômica e militar, como no plano ecológico. É por isso que somente a instituição e a consolidação da *alternativa hegemônica* ao controle sociometabólico do capital pode oferecer uma saída para as contradições e antagonismo de nosso tempo (MÉSZÁROS, 2008, p. 108).

### **Empreendedorismo, Recurso Privado e Precarização Educacional**

Nota-se a busca pela adequação, ou seja, reformismo da educação às fases do capitalismo, visando uma “qualificação” da força de trabalho para aspectos notavelmente subjetivos que focam em “domesticar” ainda mais os trabalhadores e trabalhadoras às “modernizações” que espoliam constantemente as atividades laborativas.

Vê-se que, com a ampliação das teorias do *capital humano*, alinhados à *moderna gestão de pessoas*<sup>2</sup>, os “homens de negócios” almejam uma maior lucratividade com a privatização das universidades públicas e/ou o investimento consideráveis em setores de pesquisa e inovação estratégicos presentes em cursos voltados para áreas de engenharias e tecnologias, cuja criação de novas ferramentas é fundamental para garantir uma sobrevivência ao capitalismo e sempre alimentar a produção de mercadorias e a geração de serviços.

No atual governo Bolsonaro, corta-se na fonte os investimentos em pesquisa e manutenção das universidades com a prerrogativa de que “não há alternativa para controlar as contas públicas” e “necessidade” de realização de cortes orçamentários, ou seja, reduzindo investimentos em políticas sociais para alimentar o capital financeiro, apenas colocando em prática o pensamento neoliberal. A formulação de uma educação a

---

<sup>2</sup> A noção de “moderna gestão de pessoas” é divulgada por teóricos da administração, como exemplo Idalberto Chiavenatto no livro *Gestão de Pessoas: o novo papel dos recursos humanos nas organizações* (2014). Este conceito sinaliza aspectos mais subjetivos como administrar por *competência, por habilidades de cada indivíduo e por julgamento*. Gradativamente esses conceitos ganham desdobramentos para adequar-se aos interesses do empresariado, mas visando uma submissão da classe trabalhadora a relação trabalho assalariado e capital.

baixo custo para o setor público é a “alternativa” estratégica para tirar esse “peso das costas”. Vemos, então, que o projeto “Future-se” é a manifestação mais arquitetada de uma manifestação do empresariado na educação hodierna, visando o utilitarismo das “tecnologias da informação” alinhados às novas feições da gestão do trabalho – como o *toyotismo* e sua organização que exigem proatividade, multifuncionalidade, trabalho em rede, etc. – engendrando todo esse modelo nas universidades para modelar, baseado no discurso de “flexibilidade”, “competência” e “empreendedorismo”.

Como apresenta-se o projeto Future-se:

O Ministério da Educação (MEC) lançou nesta quarta-feira, 17 de julho, o Future-se. Inédito e inovador, o programa propõe uma mudança de cultura nas instituições públicas de ensino superior: maior autonomia financeira a universidades e institutos federais. [...] Assim como ocorre na reforma da Previdência, sustentabilidade financeira e responsabilidade com o futuro são pilares do projeto. O fomento à captação de recursos próprios e ao empreendedorismo são algumas das propostas (MEC, 2019).

Com a crise brutal no mercado de trabalho, consequência direta das problemáticas inerentes ao sistema do capital, buscam-se novas formas de subordinação da classe trabalhadora aos seus imperativos. O trecho de Mészáros a seguir sintetiza bem esse movimento atual:

Enquanto isso, nesse plano como em vários outros, os problemas se acumulam e as contradições tornam-se cada vez mais explosivas. A tendência objetiva inerente à natureza do capital – se crescimento dentro de um sistema global conjugado com sua concentração e sua sempre crescente articulação com a ciência e tecnologia – abala e torna anacrônico a subordinação socioestrutural do trabalho ao capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 54).

Formulando a pseudológica da autonomia, do empreendedorismo e do sucesso que isso pode se dar, um discurso nebuloso e mistificador que altera o sentido do trabalho, pois introduz um pensamento para uma parcela da classe trabalhadora, por meio dos meios convencionais da mídia, como também pelas redes da *internet*, de que é possível ser “empresário de si mesmo” baseado na mais apologética manifestação americana do *self made men* e que assim pode conseguir um grande sucesso, através da perseverança, do *hard work* e que “a crise é um lugar de oportunidades”. Com o projeto que vem sendo estruturado pelo Ministério da Educação, nota-se todo esse linguajar pró-mercado em sua composição. Como podemos observar, a seguir, nos eixos do projeto:

#### **Gestão, Governança e Empreendedorismo**

- Promover a sustentabilidade financeira, ao estabelecer limite de gasto com pessoal nas universidades e institutos – hoje, em média, 85% do orçamento das instituições são destinados para isso. Para a administração pública, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece percentual máximo de 60%;

- Estabelecer requisitos de transparência, auditoria externa e compliance;
- criar ranking das instituições com prêmio para as mais eficientes nos gastos;
- Gestão imobiliária: estimular o uso de imóveis da União e arrecadar por meio de contratos de cessão de uso, concessão, fundo de investimento e parcerias público-privadas (PPPs);
- Propiciar os meios para que os departamentos de universidades/institutos arrecadem recursos próprios, com estímulo à competição entre as unidades;
- Autorizar naming rights (ter o nome de empresas/patrocinadores e patronos) nos campi e em edifícios, o que possibilitaria a modernização e manutenção dos equipamentos com ajuda do setor privado (MEC, 2019).

Nota-se que esse tipo de gestão está calcado nos preceitos do “livre mercado”, gerando competição e meritocracia para aqueles que se destacarem como melhores nessa empreitada. É uma lógica perversa que está sendo esboçada para as universidades, instaurando uma pedagogia visando os interesses empresariais, voltada para individualização, ganância e subordinação ainda maior de todas as instituições ao imperativo do capital para sua manutenção em momento considerável de sua crise estrutural.

Para trabalharmos com um exemplo dos efeitos da administração privada fora da educação, os desastres ecológicos que afetaram a região de Minas Gerais são a feição da lógica que visa o custo mínimo e o lucro máximo, fazendo parte da barbárie em que os interesses particulares afetam toda a vida humana. A lógica da burguesia é a produção e acumulação de riqueza e não a preocupação da satisfação das necessidades humanas. Questões educacionais, ambientais e de saúde sobre o domínio de grupos empresariais possuem a tendência de sofrer com os sintomas da crise estrutural.

Há dez anos a ecologia poderia ser tranquilamente ignorada ou desqualificada como totalmente irrelevante. Agora, ela é obrigada a ser grotescamente desfigurada e exagerada de forma unilateral para que as pessoas – impressionadas o bastante com o tom cataclísmico dos sermões ecológicos – possam ser, com sucesso, desviadas dos cadentes problemas sociais e políticos (MÉSZÁROS, 2011, p. 51).

Nota-se em seguida mais aspectos sobre o movimento do cenário educacional:

#### **Pesquisa e inovação**

- Instalar centros de pesquisa e inovação, bem como parques tecnológicos;
- Assegurar ambiente de negócios favorável à criação e consolidação de startups, ou seja, de empresas com base tecnológica;
- Aproximar as instituições das empresas, para facilitar o acesso a recursos privados de quem tiver ideias de pesquisa e desenvolvimento;
- Premiar os principais projetos inovadores, com destaque para universidades de pequeno porte (MEC, 2019).

Com a guerra ideológica que o atual governo trava com as universidades, cujos centros de pesquisa são caluniados como “não produtivos”, devido à visão pró-mercado estar calcada em ver aquilo que gera riqueza (dinheiro), vê-se o movimento de “dar incentivos” ao empresariado de por as mãos nas universidades públicas, gerenciando-as em busca de novos “planos de negócios”, alunos com “espírito empreendedor” e dispostos a alimentar as “necessidades da sociedade”, que na verdade são necessidades do capital, por novas tecnologias, novas formas de mercantilizar produtos e serviços, assim tentando amenizar os efeitos da crise contemporânea:

Com referências à educação, a costumeira defesa de uma escola subordinada e subserviente ao complexo econômico, de um processo formativo que eduque especificamente para a produção mercadológica, agora tecnificada, acaba se encaixando perfeitamente às pretensões dos atrasados empresários brasileiros e de seus pares estrangeiros (SANTOS, 2017 p. 127).

Não só as escolas profissionalizantes, mas agora as universidades caminham paulatinamente para atender mais agressivamente as conveniências dos “homens de negócios”. Em suma, este é um projeto de educação para que a pesquisa e os projetos de extensão não sejam estruturados para o estímulo ao debate, acumulação de saberes técnicos ao trabalho e da relação entre sociedade e produção, trazendo os anseios de muitos educandos para dentro da vida universitária e esses pensamentos sejam transformados coletivamente em ações estratégicas, objetivando a eliminação de estrutura social de classes antagônicas. “Entende-se, portanto, o incentivo de Gramsci aos operários para se ‘especializar’ nas conquistas mais inovadoras da ciência, da tecnologia e da indústria associando-se aos objetivos políticos da própria classe” (SEMERARO, 2015, p. 235). Parece que o tecnicismo ganha outros contornos para o nível superior, tendo como base a teoria do capital humano, impondo essa competitividade entre os alunos e uma maior proximidade com os recursos privados.

#### **Internacionalização**

- Estimular intercâmbio de estudantes e professores, com foco na pesquisa aplicada;
- Revalidação de títulos e diplomas estrangeiros por instituições públicas e privadas com alto desempenho, de acordo com os critérios do MEC;
- Facilitar o acesso e a promoção de disciplinas em plataformas online;
- Firmar parcerias com instituições privadas para promover publicações de periódicos fora do País;
- Possibilitar bolsas para estudantes atletas brasileiros em instituições estrangeiras (MEC, 2019).

A criação do *cyberespaço*, ou seja, a virtualização das relações educacionais é uma representação do barateamento dos “custos” das universidades, visando além de uma formação parcelar, fragmentada e individualizada, mas também a redução da figura dos professores a meros “tutores”, reificando cada vez mais o trabalho desses educadores ao maquinário digital, ou seja, o professor torna-se um apêndice da máquina.

Sobre a divulgação das publicações cada vez maiores em plataformas digitais *online*, observa-se que é como um “*outdoor*” para que os grandes empresários sejam atraídos por uma já excelente produção acadêmica existentes em diversas universidades, mas que agora vão ser cada vez mais selecionadas para os interesses da classe burguesa no que suas organizações são deficitárias e como novas tecnologias “empreendedoras” podem ser úteis para geração lucro.

Entregar o financiamento das universidades às grandes corporações é realmente um movimento do neoliberalismo mais radical no Brasil. É a implementação de uma que venha beneficiar a classe dominante que objetiva moldar um currículo cada vez mais direcionado para as relações de mercado, assim como uma individualização e fragmentação da classe trabalhadora já no seu processo de formação escolar.

### **Algumas considerações sobre o mundo do trabalho e uma educação emancipadora**

O modo de produção capitalista, atualmente, passa por uma aguda *crise estrutural*. As modificações na esfera produtiva como nos serviços são uma grande feição imposta pelos “homens de negócios” para salvaguardar – de forma desesperada - seus interesses no processo de acumulação dos lucros gerados, por exemplo: atividades precárias, sem proteção legislativa e com baixos salários, que espoliam de forma mais intensa a classe trabalhadora, sendo estas legitimadas pelo Estado. Este tipo de *morfologia do trabalho* é uma característica do capitalismo contemporâneo:

Nesse contexto em que o trabalho material é ocultado como valor diante das criações atribuídas à genialidade de alguns iluminados e das riquezas geradas pelas maravilhas tecnológicas, a maioria dos trabalhadores, isolados, precarizados e dispersos, são empurrados a se desdobrar em múltiplas ocupações temporárias, em uma variação contínua de tarefas que solapa a base dos seus direitos e das organizações sindicais e políticas, gerando um efeito devastador não apenas na vida pessoal e familiar, mas na própria estruturação do país, na formação do tecido social e da identidade coletiva. Flutuantes, desenraizados e descartáveis, os que são privados do trabalho e os crescentes contingentes que vivem de expedientes eventuais e da “economia informal” acabam desconectados também do conjunto da sociedade, de modo que suas reações se limitam a reivindicações pontuais e a surtos esporádicos de revoltas facilmente neutralizadas (SEMERARO, 2015, p. 236-237).



O mundo do trabalho tem sido um cenário de brutal precariedade nos últimos tempos e agudiza-se no governo Bolsonaro. As propostas - por trazerem o empreendedorismo como uma solução que vai “modernizar” as relações trabalhistas - são uma pífia ideia que está sendo engendrada primordialmente para as universidades, almejando direcionar cada vez mais jovens para algumas atividades laborativas que necessitam de alguma especialização para assegurar os interesses da classe dominante, enquanto uma outra parcela da população, que está à margem das oportunidades de ingressar nas universidades públicas e privadas, vive da renda informal fazendo bicos dos mais variados tipos, como por exemplo, de camelô, submetendo-se a qualquer tipo de trabalho que lhe proporcione comprar um prato de comida para sua família.

Contrário à maré empresarial, precisamos pensar um tipo de educação libertadora, que visa a autonomia e a práxis do ser social. Uma vida educacional que tenha relação com o trabalho e com a vida, e não com a reprodução da lógica do capital, ou seja, a produção que gera riqueza para uns e miséria para outros.

Por isso, contrariamente à concepção dualista e elitista, a escola “escola única ou unitária” deve estabelecer “a unidade entre escola e vida” e torna-se não só ativa, mas “criativa”, em condição de conduzir à autonomia e a responsabilidade e de integrar dialeticamente conhecimento e sociedade, trabalho intelectual e industrial, de modo a articular o que é específico da Universidade (o seu caráter científico e o desenvolvimento de pesquisas) e da Academia (os centros especializados de caráter prático-produtivo, a indústria, a banca, a administração, o comércio, a agricultura etc.) com todas as “atividades vinculadas à vida coletiva, ao mundo da produção e do trabalho (GRAMSCI apud. SEMERARO, 2015, p. 241-242).

Assim como Semeraro (2015), continuamos a ver que o trabalho não pode ser meramente operacional e subordinado à lógica do capital:

Nesse desenho revolucionário, o trabalho não pode se limitar à mera função operativa e executiva (“técnica-trabalho”), mas precisa tornar-se campo fecundo para desenvolver o conhecimento (“técnica-ciência”) e, acima de tudo, imprescindível experiência política coletiva para alcançar uma integral concepção de mundo “humanista histórica”, sem a qual o trabalhador não poderá sair da subalternidade e se tornar dirigente para recriar o modo de produção e organizar a sociedade sobre as bases da socialização do poder e de uma “democracia política voltada a fazer coincidir governantes e governados (GRAMSCI apud. SEMERARO, 2015, p. 241-242).

A educação empresarial, que está cada vez mais próxima de se concretizar no país, é uma maneira pela qual se tenta “domesticar” a classe trabalhadora e seus filhos inviabilizando um pensamento crítico do momento atual da crise e, cujo discurso dos economistas do governo é que ao “organizar as contas públicas” e atrair novos investimentos se solucionará, como num passe de mágica, o pauperismo e o desemprego

que estão sob nossos olhos evitando, assim, uma revolta em grande escala. Sabemos que o real sentido das reformas é aumentar consideravelmente a taxa de lucro e manter intacta a ordem vigente.

Por fim, destacamos as considerações de Semeraro (2015) que sintetizam muito bem o caminho que as lutas pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade dever ter como norte:

Deslocadas “fora da fábrica”, grande parte das lutas sociopolíticas atuais não se limitam a reivindicar empregos e melhores condições de vida dentro de um sistema e se moderniza sem mudar, mas colocam radicalmente em questão todo o processo produtivo e a ordem que lhe é inerente. Ao reivindicar o que é público, o acesso aos bens comuns e uma concepção de trabalho constitutivo do ser social, esse movimento apresenta profundas sintonias com as propostas elaboradas por Marx e Gramsci, de revolucionar de cima a baixo o mundo implantado pela burguesia para dar lugar ao “autogoverno dos trabalhadores associados” livres de criar pelo trabalho uma nova civilização capaz de constituir o ser humano na sua integralidade e de interagir humanamente, também, com a ontologia da natureza (SEMERARO, 2015, p. 243).

### **Considerações Finais**

O mundo do trabalho passa por uma série de transformações, fruto dos avanços das chamadas “tecnologias da informação”, que são cada vez mais engendradas na esfera produtiva, proporcionando uma nova morfologia do trabalho, alinhada às gestões do trabalho mais intensas, controladoras e com mais dados sobre o labor individualizado.

Vê-se que a educação, através da gestão reformista do Estado, metamorfoseia-se para adaptar-se às demandas do mercado no que tange a formação, ora especializada para algumas atividades laborativas, ora parcial, fragmentada e rasa para outras, numa dicotomia inerente ao sistema do capital.

O projeto “Future-se”, notavelmente, é uma forma de retirar a autonomia das universidades e dos centros de pesquisas para subordiná-las às necessidades das grandes corporações que carecem frequentemente de inovações que as tornem mais dominantes sobre outras. Além disso, vemos que o pensamento crítico e a formação autônoma sobre a lógica imperativa do capital tornam-se censurados e mistificados, pois a tendência é a reformulação dos currículos para que se crie um *cyberespaço* cada vez mais virtualizado e voltado para manutenção da ordem vigente com disciplinas de empreendedorismo, gestão da inovação, marketing e publicidade.

As análises feitas neste artigo, são uma breve introdução à uma temática recente que os atuais dirigentes do Estado almejam implementar. O debate precisa ser cada vez

mais estimulado por pesquisadores, professores, alunos e trabalhadores ligados ou não a rede educacional, pois é necessário caminharmos em busca de uma educação emancipadora e do conhecimento e a práxis, pois estes reformismos estão fadados a precarizar de forma aguda a educação no Brasil contemporâneo. A luta deve ser por uma educação pública e *Para Além do Capital*.

## **Referências**

ANTUNES, Ricardo. *A Atualidade Histórica da Ofensiva Socialista: uma alternativa radical ao sistema parlamentar*. São Paulo: Boitempo, 2010.

\_\_\_\_\_. *A Educação Para Além do Capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

\_\_\_\_\_. *Os Sentidos do Trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2009.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A gênese das teses do Escola sem Partido: esfinge e ovo da serpente que ameaçam a sociedade e a educação. In: FRIGOTTO, Gaudêncio. *Escola “Sem” Partido: Esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ, LPP, 2017.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Martin Claret, 2004.

MEC. *Mec Lança Programa para Aumentar a Autonomia Financeira de Universidade e Institutos*. Portal do MEC, Brasília, 17/07/2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=78211>. Acesso em: 22 de jul. de 2019.

MÉSZÁROS, István. *A Crise Estrutural do Capital*. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

SANTOS, Deribaldo. *Educação e Precarização profissionalizante: crítica à integração da escola como o mercado*. São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

SEMERARO, Giovanni. *A Concepção de Trabalho Em Gramsci: constituição ontológica e princípio educativo*. FACULDADE DE EDUCAÇÃO. Trabalho & Educação – n.0. Belo Horizonte: Fae/UFMG, v.24, n.1, jan/abr, 2015.